

A atuação do assistente social no serviço de proteção a famílias assistidas pelo CRAS

Tânia dos Santos Ribeiro¹

Elaine Conte²

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) visa analisar a atuação do Assistente Social no serviço de Proteção a famílias assistidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A escolha do objeto de estudo se deu devido à inserção como estagiária de Serviço Social por um ano nessa instituição, o que despertou a curiosidade em conhecer e refletir com maior profundidade sobre a temáticas. O problema de pesquisa gira em torno da seguinte questão: De que forma o Assistente Social desempenha seu papel de proteção social junto às famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelo CRAS, considerando as percepções das famílias, os desafios enfrentados e a eficácia de suas intervenções na promoção do fortalecimento da capacidade protetora das famílias e na garantia dos direitos sociais? O CRAS é unidade pública estatal, que atua em territórios de maior vulnerabilidade e risco social, tendo como meta proporcionar o fortalecimento da capacidade protetora das famílias, sua relação no contexto familiar e comunitário. O trabalho está dividido em tópicos, inicialmente, temos os conceitos de Serviço Social e Família, onde é feita uma breve contextualização para que se possa dimensionar em que realidade está inserida esta atuação; é apresentado aspectos sobre o CRAS e seus mecanismo de Proteção Social, contextualizando a intervenção do Assistente Social. Na sequência, abordamos a percepção das famílias e os desafios do Assistente Social na realização da Proteção Social e suas demandas, bem como o trabalho desenvolvido nessa Instituição junto às famílias, tendo em vista o acesso e garantia de direitos sociais.

Palavras-chave: CRAS, Família, Política de Assistência Social.

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão I, sob a orientação da Profa. Elaine Conte. E-mail: elaine.conte@unilasalle.edu.br

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora e pesquisadora da Universidade La Salle (UNILASALLE), Canoas (RS), Brasil. elaine.conte@unilasalle.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho busca investigar a atuação do Assistente Social no Serviço de Proteção a Famílias assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), do município de Uruará, Pará (PA). Trata-se de uma revisão teórica de estudo empírico do campo, que teve como objetivo geral analisar a atuação do Assistente Social com as famílias assistidas do CRAS, relacionando também um relato de experiência de uma intervenção realizada na Política de Assistência Social do CRAS específico de Uruará/PA, para identificar como se dá sua intervenção e seus desafios enquanto prática profissional. Além disso, revisamos as dificuldades do Assistente Social na aplicabilidade da política de assistência com as famílias, analisando como os Assistentes Sociais impactam as famílias cadastradas no CRAS, entendendo qual é o papel da família como protagonista no recebimento de orientações preventivas, descrevendo a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e o Serviço Social e dando visibilidade à percepção das famílias acerca do trabalho do assistente social no CRAS de Uruará.

A problemática da pesquisa tem como fio condutor a seguinte questão: De que forma a atuação do Assistente Social no Serviço de Proteção a Famílias assistidas pelo CRAS de Uruará, Pará (PA), influencia o bem-estar e a capacidade das famílias assistidas de se tornarem protagonistas na aplicação das políticas de assistência social, considerando os desafios enfrentados por esses profissionais e a percepção das famílias atendidas?

Sendo assim, a pesquisa explora a relação entre o trabalho do Assistente Social, a participação das famílias beneficiárias nos programas de assistência social e os desafios enfrentados por esses profissionais na implementação da política de assistência social, bem como a visão das próprias famílias sobre o trabalho realizado pelo CRAS. Nesse contexto de pesquisa social, no qual o profissional está inserido, serão identificados o perfil do público-alvo e as exigências necessárias para realização de sua prática profissional, além de alguns documentos, tais como: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a cartilha de orientação técnica sobre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), diário de campo, relatórios de estágio, documentos produzidos durante o estágio obrigatório (BRASIL, 2011). Tais documentos nos ajudam a estabelecer relações do tema com a prática do assistente social que será fundamental para o enriquecimento dos resultados do estudo.

O Centro de Referência de Assistência Social é o lugar, em geral, que permite o primeiro acesso das famílias aos direitos socioassistenciais (BRASIL, 2004; BRASIL, 2011). A abordagem hermenêutica nos auxilia a buscar entendimentos e significados a partir de textos e do nosso contexto específico, que não pode ser quantificável (SIDI; CONTE, 2017). Porém, pode ser sistematizado, catalogado, categorizado, examinado e compreendido, ressaltando a importância de o pesquisador coletar informações do cotidiano dos sujeitos, das suas percepções sobre os temas estudados, carecendo de um olhar ampliado para a complexidade desse assunto.

Os tópicos do trabalho envolvem: 1) Os conceitos de atuação do Assistente Social no CRAS e Política de Assistência Social, juntamente com o conceito de Família: Serviço Social e família. 2) O CRAS e seus Mecanismos de Proteção Social a família: a intervenção do assistente social e o impacto da Atuação do Assistente Social nas famílias assistidas. 3) Desafios enfrentados pelo Assistente Social na Política de Assistência Social com as famílias. 4) Percepção das Famílias sobre o Trabalho do Assistente Social no CRAS. O trabalho traz o conceito de família, surgimento do Serviço Social, seu crescimento, a questão social para o subsídio e a compreensão da atuação dos assistentes sociais com as famílias, dentro da instituição, a fim de produzir análises mais precisas dessas transformações e suas motivações. Por fim, abrimos novos caminhos com as considerações finais.

CONCEITOS BÁSICOS DO SERVIÇO SOCIAL E FAMÍLIA

O trabalho é oriundo de uma experiência de estágio realizado no CRAS do Município de Uruará. Contudo, foi a partir da realidade vivenciada dentro do Programa Criança Feliz para crianças de zero a três anos que o interesse em realizar a pesquisa nesta linha perpetuou. O tema proposto é de grande valia para o conhecimento pessoal e profissional, cuja preocupação vem de longa data no campo do Serviço social e serve de subsídio para a futura atuação do profissional, compreendendo também que é de suma relevância para as famílias inseridas no CRAS, devido aos desafios de fragilização de vínculos familiares, inclusão e integração social dos mesmos, tendo em vista a indispensabilidade de um acompanhamento especializado a essas famílias fragilizadas. “A proteção social da assistência social consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções e prevenção de

situação de risco. Deve garantir as seguranças sociais, de renda, as de sobrevivência, de acolhida e de convívio familiar e comunitário” (BRASIL, 2004, p. 31).

Esses serviços são executados especialmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), através do Programa de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF). A assistência social no Brasil se configura em política pública após a Constituição Federal de 1988 e passa a constituir o tripé da seguridade social ao lado da saúde e a previdência (BRASIL, 1988). A mesma provocou uma nova compreensão para a assistência social brasileira, no âmbito da seguridade social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social em dezembro de 1993, como política social pública. A assistência social inicia seu trânsito para um campo novo, o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal via PNAS (BRASIL, 2004).

O Serviço Social no Brasil surge ligado aos movimentos de ação social numa proposta de incentivo da missão política de apostolado social junto as classes subalternas, especialmente junto à família operária. Tendo como alvo predominante no seu exercício profissional o trabalhador e a sua família, em todos os recintos ocupacionais (IAMAMOTO, 2006). Observa-se que o trabalho com famílias recebeu anseios de maior qualificação técnica no período de consolidação do serviço social, através da assimilação do início conceitual do Serviço Social americano, especialmente do Procedimento do Serviço Social de Caso. De acordo com Nicholds (1969), esse procedimento visava realizar o ajustamento dos indivíduos a seu meio, contribuindo com eles, a fim de beneficiá-los e também a sociedade em geral. As mudanças estruturais do século XX provocaram diversas alterações na sociedade, entre elas, se sobressai o surgimento da classe burguesa industrial e da classe trabalhadora, aspecto que refletiu fortemente no entendimento e no formato da família.

A família, nas suas mais diversas configurações, constitui-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se também que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. (MIOTO, 2010, p. 167-168).

Por ser um ator social, o ser humano se desenvolve através do contato com os integrantes de sua comunidade e interação com o meio, adquirindo sua personalidade de

acordo com o desenvolvimento da própria identidade e as experiências do grupo ao qual está inserido. Em outras palavras,

A família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ela tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida. (MIOTO, 1997, p. 120).

No modelo patriarcal, o homem é o chefe da família, seu provedor, além disso, a família é constituída por meio do casamento. Já no modelo monoparental, não há casamento, a família se constitui por um pai ou uma mãe e seus filhos, por sua vez, no caso da união estável, também não há casamento, mas se regulariza a união entre duas pessoas, podendo ser do mesmo sexo ou não, se a família for formada por pessoas do mesmo sexo é reconhecida como homoafetivo. Tudo indica que:

[...] as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. Dentre essas mudanças, pode-se observar um enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos familiares (monoparentais, reconstituídas), além dos processos de empobrecimento acelerado e da desterritorialização das famílias gerada pelos movimentos migratórios. (BRASIL, 2005, p. 42).

A família deveria ser aquela que assegura aportes afetivos e o bem-estar de seus membros, e exerce um papel crucial na educação formal e informal. É nesse espaço que são assimilados os valores éticos e humanitários, assim como as marcas entre as gerações e os valores culturais (FERRARI, 2004). Atualmente, no âmbito das políticas sociais no Brasil, se destaca principalmente a PNAS, estabelecendo que a família é um espaço beneficiado de intervenção e matricialidade sociofamiliar na definição e nas formações das ações assistenciais.

Sendo assim, a centralidade da família, “[...] no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (BRASIL, 2005a, p. 39). Independentemente das transformações que as concepções históricas sobre a família passaram ao longo do tempo, a importância da

família como um espaço de acolhimento, proteção e socialização primária permanece porque é um alicerce crucial na vida das pessoas.

Ressalta-se que a efetivação do trabalho social com a família tem se tornado uma razão de agitações, tanto pelo ressurgimento do tema na atualidade, como pelas demandas por esse trabalho em diferentes políticas sociais, nas quais submergem muitos pontos, dentre eles, o que se destaca é o conceito de família, as diferentes configurações familiares contemporâneas, o método de como as políticas sociais associam as famílias nos serviços, programas e benefícios. Nesta visão, a PNAS assegura a proteção social às famílias e sujeitos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, tendo como base principal, a matricialidade sociofamiliar (BRASIL, 2004). Nota-se que nos últimos anos a mencionada política vem progredindo no que diz respeito as suas regulações, onde a família é introduzida nas políticas sociais, notadamente na política de Assistência Social, sendo adotada de uma metodologia de intervenção e participação na realidade das famílias, passando por sucessivas transformações. Guerra (2000, p. 2) relata que:

Na medida em que os profissionais utilizam, criam e adequam às condições existentes, transformando-as em meios/instrumentos para a objetivação das intencionalidades, suas ações são portadoras de instrumentalidade. Deste modo, a instrumentalidade é tanto condição necessária de todo trabalho social quanto categoria constitutiva, um modo de ser, de todo trabalho.

Com base no argumento desvendado do trabalho social com família, percebem-se mudanças como a tecnificação da área, antes adotada como um trabalho que qualquer pessoa podia fazer, hoje, um trabalho especializado, técnico, aperfeiçoado, tendo como principal serviço, o Programa de Atenção Integral a Família (PAIF), que é o trabalho social com famílias ofertado pelo CRAS, consolidando o princípio da matricialidade sociofamiliar. Além disso,

O Assistente Social dispõe de um Código de Ética profissional e embora o Serviço Social seja regulamentado como uma profissão liberal, não tem essa tradição na sociedade brasileira. É um trabalhador especializado, que vende a sua capacidade de trabalho para algumas entidades empregadoras, predominantemente de caráter patronal, empresarial ou estatal, que demandam essa força de trabalho qualificada e a contratam. (IAMAMOTO, 2006, p. 23).

O Serviço Social está encravado no contexto contemporâneo onde o sistema capitalista obtém e domina as relações sociais, designando, assim, a existência em coletividade. Contudo, os assistentes sociais agem nas expressões das questões sociais e culturais.

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social. (IAMAMOTO, 2006, p. 14).

É precisamente por esse pretexto que a atuação do Assistente Social junto às famílias é tão significativa, já que amparam essas famílias em períodos de maior dificuldade e condições de vida vulneráveis.

[...] os vínculos familiares e comunitários possuem uma dimensão política, na medida em que tanto a construção quanto o fortalecimento dos mesmos, dependem também, entre outros fatores, de investimento do Estado em políticas públicas voltadas à família, à comunidade e ao espaço coletivo. (BRASIL, 2006, p. 35).

No município de Uruará/Pará, há uma unidade CRAS situada no bairro Mini Indústria. Essa unidade conta com coordenador local como prevê as Orientações Técnicas do Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome, de 2009 (BRASIL, 2009). Estão subordinados a uma coordenação geral da Secretaria de Assistência Social do município. Atualmente essa coordenação é exercida por uma Assistente Social. De acordo com as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009), a unidade CRAS de Uruará conta com as condições mínimas para o desenvolvimento das atividades previstas. Em relação ao espaço físico, a unidade estatal conta com espaço de recepção; sala para o desenvolvimento de atividades socioeducativas com crianças, dispondo de materiais lúdicos e socioculturais; sala de atendimento às famílias; copa; um banheiro para os trabalhadores e outro destinado ao público.

Para atender as demandas exibidas pelas famílias que buscam a unidade ou são de outra forma encaminhada, o CRAS conta com uma equipe técnica, sendo um assistente social contratada e uma psicólogas concursada, cumprindo as funções exigidas dentro da instituição. “As práticas realizadas com saberes distintos podem gerar tensões entre o que é especificidade do saber, onde começa e onde termina o papel de cada profissional” (ANDRADE, 2009). É por meio dessas díspares áreas, que o trabalho social com famílias é exercido de forma a contribuir para a superação de vulnerabilidade e risco social,

fortalecendo os potenciais das famílias. Esse trabalho exercido pelos profissionais é chamado de atendimento psicossocial.

[...] os pontos de complementaridade entre a atuação de psicólogos e assistentes sociais são mais amplos do que as próprias especificidades, contudo [...] se torna importante esta reflexão e a explicitação dos limites, dos desafios e das contribuições de cada área Psicologia e Serviço Social. (SENRA, 2009, p. 1490).

Cada profissional tem seus encargos, competências, papéis e atribuições éticas. Por isso a importância da interdisciplinaridade, pois as diferenças profissionais requerem articulação de objetivos e instrumentos que cooperam para extrapolar a diferença de saberes.

O trabalho interdisciplinar através da equipe de referência vem de encontro com a necessidade de construir coletivamente ações, estratégias que superem as situações de vulnerabilidade para que se previna a situação de risco social, desmitificando as ideias do senso comum que vê o profissional do serviço social como único profissional apto para atuar na área da assistência social. Portanto, para que o trabalho interdisciplinar cumpra com sua proposta é necessário que cada profissional tenha claro o seu papel, a sua contribuição na equipe, tendo em comum os objetivos que devem ser alcançados com o trabalho social com famílias. (MERIGO; VEIGA, 2013, p. 27).

Durante o período de estágio foi plausível perceber o quão necessário é esse trabalho interdisciplinar, principalmente quando há cumplicidade de ambas as partes, sempre expondo em grupo as distintas ocasiões apresentadas, debatendo as hipóteses e a solução coletivamente. Para atualizar as discussões no campo de pesquisa específico, realizamos buscas com palavras-chave na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), para verificar as abordagens e tendências contemporâneas. Ao lançarmos as palavras “Serviço Social e Família e CRAS”³, identificamos apenas um artigo intitulado *Cinema Perto da Gente: Arte como Estratégia de Atuação do Psicólogo no CRAS* (MARTINS; NAVARRETTE; OLIVEIRA; IMBRIZI, 2019).

3

Disponível

em:

<https://search.scielo.org/?q=Servi%C3%A7o+Social+e+Fam%C3%ADlia&lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&filter%5Bin%5D%5B%5D=scl&q=Servi%C3%A7o+Social+e+Fam%C3%ADlia+e+CRAS&lang=pt&page=1> Acesso em: 09 nov. 2023.

Então, realizamos um novo mapeamento, agora com as palavras-chave “Serviço Social e Família e Proteção Social”, e conseguimos rastrear mais dez resultados⁴, incluindo o primeiro, conforme mostramos nos itens agrupados abaixo.

1. TÓFANO, Deiverson Jésus Abreu; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Narrativas de Psicodramatistas no Palco do Sistema Único de Assistência Social. *Revista Brasileira de Psicodrama*, v. 30, e0322, 2022.
2. ESTEVAM, Érica Aparecida; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; SILVA, Rafael Afonso da. Privatização da velhice: sofrimento, adoecimento e violência na relação entre cuidadores e idosos. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 3, e200928, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200928>
3. OROZIMBO, Elizete Matias Barbosa; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Sentidos de família e o desafio para a intersetorialidade na proteção social. *Serviço Social & Sociedade*, n. 137, p. 95-112, abr. 2020.
4. MARTINS, Eduardo de Carvalho; NAVARRETTE, Juliana Vieira; OLIVEIRA, Sandra Mariela Steinberg Gonzaga; IMBRIZI, Jaqueline Maria. Cinema Perto da Gente: Arte como Estratégia de Atuação do Psicólogo no CRAS. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39, e188206, 2019.
5. SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, n. 130, p. 526-546, dez. 2017.
6. MOREIRA, Gustavo Carvalho; MATTOS, Leonardo Bornacki de; TEIXEIRA, Evandro Camargos; CUNHA, Dênis Antonio da. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, dez. 2016.
7. GOMES, Tarcisa Bezerra; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Dilemas e vicissitudes de famílias em situação de vulnerabilidade social no contexto da desinstitucionalização psiquiátrica. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 26, n. 1, p. 271-287, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000100015>
8. MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. *Serviço Social & Sociedade*, n. 124, p. 699-720, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.047>
9. AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social & Sociedade*, n. 103, p. 576-590, set. 2010.
10. GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Revista Katálisis*, v. 13, n. 1, p. 126-132, jun. 2010.

Dentre os artigos que abordam situações no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e seus mecanismos de proteção social relacionados à família situamos apenas dois trabalhos (artigos 4, 10): *Cinema Perto da Gente: Arte como Estratégia de Atuação do Psicólogo no CRAS*, que discute o uso da arte, especificamente o cinema, como

estratégia de atuação do psicólogo no CRAS, mas não é exclusivamente sobre a família (MARTINS; NAVARRETTE; OLIVEIRA; IMBRIZI, 2019); e *Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social*, que aborda intervenções no âmbito do Serviço Social, que pode incluir o CRAS, embora seu foco específico na proteção social relacionada à família não esteja claro sem a leitura do conteúdo (GUEIROS, 2010).

Este artigo apresenta reflexões sobre família e trabalho social, com base em investigações no âmbito do Serviço Social¹. Para tanto, tece considerações teórico-metodológicas e técnico-operativas sobre esses dois tópicos, demarcando a relação família-Estado, bem como a importância das políticas de proteção social e das redes de relações sociais na organização e no reenraizamento social de famílias dos segmentos populares. Além disso, anuncia algumas premissas dessa prática social, indicando que, se associadas à promoção de acesso a políticas públicas, podem contribuir para a conquista da autonomia e da cidadania de famílias socialmente vulnerabilizadas. (GUEIROS, 2010, p. 126).

Em relação às principais tendências identificadas nos artigos, observamos que alguns artigos discutem as dinâmicas e desafios das famílias em situação de vulnerabilidade social e sua relação com serviços de assistência social (CRAS), explorando questões como desinstitucionalização, violência doméstica, políticas sociais e o lugar da mulher nessas famílias pobres (artigos 3, 6, 7, 9). A privação, o sofrimento e a violência na relação entre cuidadores e idosos (artigo 2) também são explorados, mas embora fale sobre a velhice, não menciona diretamente o CRAS. Outros artigos abordam a relação entre programas sociais, como o Bolsa Família e questões sociais, como violência doméstica (artigo 6), enquanto outros se concentram nas mudanças nas definições e na compreensão contemporânea de família (artigos 3, 8, 9, 10). O uso de estratégias como o cinema como parte do trabalho do psicólogo em serviços de assistência social (artigo 4) também é uma abordagem explorada.

O Projeto Cinema Perto da Gente utiliza recursos audiovisuais como disparadores de temas que buscam promover o diálogo e a reflexão, bem como fomentar a interação grupal e a troca de experiências e valores entre os profissionais, as pessoas acompanhadas e as comunidades atendidas por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) localizado em Santos/SP. O projeto visa contribuir com a realização do trabalho social junto às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme preconizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). O presente artigo relata esta experiência e procura refletir sobre como a Psicologia, entendida como ciência e profissão, pode contribuir com seus aportes sobre a dimensão subjetiva, por meio da escuta do sofrimento sociopolítico, e como os materiais audiovisuais contribuem com este trabalho de acolhimento e construção de estratégias de enfrentamento de situações sociais críticas por parte dos sujeitos a elas submetidas. Foram exibidos filmes em cada encontro do projeto,

seguidos de rodas de conversa registradas em diários de campo, analisados à luz dos autores de referência, visando contribuir com o trabalho do psicólogo na Política de Assistência Social. Os resultados apontam para a participação implicada do público atendido, incluindo a produção de um vídeo com os participantes e o reconhecimento da parceria entre o CRAS-ZOI e um projeto de extensão universitária. Tais fatores indicam a possibilidade de aprofundamento de temas do cotidiano das famílias atendidas, bem como a criação de dispositivos de cuidado com vistas a um progressivo processo de emancipação dos sujeitos e conquista de direitos sociais. (MARTINS; NAVARRETTE; OLIVEIRA; IMBRIZI, 2019, p. 1).

No geral, embora alguns artigos não abordem diretamente o CRAS e seus mecanismos de proteção social relacionados à família, eles tratam de tópicos relevantes para a compreensão das dinâmicas familiares e dos desafios sociais e políticos que impactam as famílias em situação de vulnerabilidade.

CRAS E SEUS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL À FAMÍLIA

Ao romper com a filantropia que balizou a história da assistência social, o SUAS constituiu dois coeficientes de proteção social: básica de estilo preventivo e especial, que e quando acontece violação de direitos, assim como estabelece e determina informações efetivas ao cumprimento da política de assistência social, como matricialidade sociofamiliar, informação, monitoramento e avaliação. O SUAS estabelece-se na regulação e na organização de serviços socioassistenciais, com foco nas famílias e o território como base de organização (BRASIL, 2004). Priorizando a proteção social básica que se propõe potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos através de serviços que têm por alvo o convívio, o incentivo à participação e o acolhimento de famílias, cujos vínculos familiares e comunitários encontram-se fragilizados e não foram rompidos (BRASIL, 2005). Afinal de contas, “a família é um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica” (BRASIL, 2004, p. 41).

É apropriado realçar que a proteção social básica se objetiva a partir de um equipamento público, que avalize a atenção integral às famílias em determinado território sendo este o CRAS. Isto porque, com a introdução do SUAS, as atividades de assistência social se integraram em um sistema fundamentado na lógica e coesão, confrontando a dispersão das ações assistenciais e propondo uma abordagem renovada em relação ao

âmbito social. O SUAS adota os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) como o principal ponto de acesso para atendimento social em diferentes territórios (BRASIL, 2005).

As unidades CRAS são cofinanciadas pelas esferas municipal, estadual e federal. Os CRAS são as portas de entrada para os programas sociais do governo, é um apoio sistemático oferecido à população de vulnerabilidade social, que trabalha na oferta de programas e projetos, tais como: *Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF)* necessita ser obrigatoriamente ofertado pelo CRAS, independentemente de sua fonte de financiamento. Este programa é o principal serviço de proteção básica e tem por objetivo o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Em síntese:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. (BRASIL, 2011, p. 12).

Na instituição é efetivado o *Cadastro Único* que identifica e distingue as famílias de baixa renda, abrangidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. Descreve também as condições de moradia, de acesso ao trabalho, à saúde e à educação. O cadastramento não constitui a inclusão imediata no *Programa Bolsa Família*, mas é a porta de entrada para acessar esse benefício.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. A seleção das famílias para o Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instrumento de coleta e gestão de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. (BRASIL, 2004, p. 35).

Existem grupos de convivência desenvolvidos pela equipe técnica da instituição, que tem o objetivo de ampliar as trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Esses grupos não são restritos, permitindo a participação de indivíduos que não são acompanhados. *Grupo de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças*: Tem o objetivo de acompanhar o desenvolvimento social e estimular por meio de atividades lúdicas o desenvolvimento motor, social, educacional, onde abordam diferentes temáticas dentre elas; noções de responsabilidades; autoestima; Fortalecimento do vínculo familiar; questões culturais, estimulando o respeito pelas mais variadas culturas e o respeito na convivência com as diferenças (BRASIL, 2013).

Grupo de Grávidas (Cegonha Abordo): tem como objetivo gerar, despertar e reconhecer o papel da mulher no contexto atual, fortalecendo-a enquanto ser social, oferecendo troca de experiências, a discussão das angústias e sentimentos do cotidiano, fortalecimento da mulher e sua autoestima, estimulando e ressaltando a importância do Pré-natal e fortalecendo de vínculo familiar e comunitário (BRASIL, 2013).

Ambos possuem um mecanismo em comum, com o objetivo que se justifica em fortalecer vínculos, no entanto, além de alvos distintos, as estratégias de ação de cada serviço são díspares. Essa articulação dos serviços, programas e projetos sociais está entre as competências que devem ser desenvolvidas pelo Assistente Social visando, especialmente, à formulação de respostas profissionais para que as expressões da questão social sejam enfrentadas (CFESS, 2009).

Serviços socioassistenciais de proteção social básica e proteção social especial; Serviços públicos locais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, segurança pública e outros, conforme as necessidades. Executa-se toda a orientação às famílias para garantia de seus direitos, obtém-se equipes técnicas e qualificadas para tal, para que assim retome seus projetos de vida e de resgate de autoestima, permitindo a reconquista de um protagonismo e participação cidadã.

DESAFIOS ENFRENTADOS PELO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS

O Serviço Social é uma profissão que, de acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), passa a existir como uma forma de retorno às expressões da questão social em um determinado período histórico. O seu sentido social deve ser analisado frente ao processo de produção e reprodução das relações sociais e sua institucionalização como profissão é elucidada através das incoerências existentes nos processos sociais das relações entre as classes antagônicas. Os trabalhos socioassistenciais são indissociáveis de uma dimensão educativa realizada nas instituições públicas e organizações privadas, intervindo no acolhimento às necessidades pungentes e variantes como as expressões da questão social e nas relações cotidianas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009).

Embora seja certificado alguns avanços na profissão é importante lembrar que as políticas sociais brasileiras, em especial, a PNAS, encaram intensos contradições à medida que procuram efetivar direitos conquistados e se deparam com sérios obstáculos a sua importância. Outro desafio posto no âmbito da atuação profissional, são as tensões vivenciadas pelos profissionais dentro da burocratização e produtividade das ações profissionais nos espaços institucionais. Exige ultrapassar as rotinas estabelecidas nas instituições e buscar compreender ativamente a dinâmica da realidade, identificando padrões e oportunidades nela existentes que possam ser promovidas pelo profissional (IAMAMOTO, 2006).

Em relação às menções apresentadas e retomando a ideia das perspectivas que o modelo crítico-dialético abriu novas perspectivas para a ação profissional, sendo necessário balizar esse redimensionamento no campo do trabalho com famílias. Nesse sentido, é importante reafirmar como as demandas das famílias são explanadas e qual direcionalidade é dada para o acolhimento de tais demandas pelos assistentes sociais, por meio de seu processo de trabalho.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo*. (IAMAMOTO, 2006, p.19).

Todavia o assistente social tem como desafio buscar uma dinâmica acentuada pela abundância de fatores que advém sobre ele, exigindo um exame aprofundado entre a

estrutura de proteção que as famílias apresentam e a estrutura necessária para que elas possam fazer frente às suas necessidades nos diferentes momentos e situações de vida.

O empobrecimento da família impõe mudanças significativas na organização familiar, criando novos desafios e dificuldades para o exercício de suas funções primordiais de proteção, de pertencimento, de construção de afetos, de educação, de socialização. Frequentemente, estas funções estão enraizadas na sua cultura, principalmente nas mães de família, que as receberam por um processo de qualificação informal e contínuo, no qual as representações e as práticas vão se construindo naturalmente. (LOSACCO, 2010, p. 65).

O trabalho do Assistente Social com famílias não é algo simples e está intercalado por inúmeros desafios. As alterações societárias, as transformações ocorridas no interior das famílias e as demandas acarretadas ao Serviço Social determinam que o assistente social encontre opções para intervenções que acolham às especificidades dos grupos familiares. Para Iamamoto (2006, p. 49), espera-se:

[...] um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade. O novo perfil que se busca construir é de um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender *o tempo presente, os homens presentes, a vida presente* e nela atuar, contribuindo também para moldar os rumos de sua história.

E enfatiza ainda que:

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. (IAMAMOTO, 2006, p. 75).

Portanto, o trabalho social com famílias é transposto de desafios que ocorrem em meio às vulnerabilidades e potencialidades das famílias, das políticas públicas e sociais para o acolhimento das demandas exibidas. Iamamoto destaca que:

O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social nos níveis nacional, regional e municipal, diante das estratégias de descentralização das

políticas públicas. Os assistentes sociais encontram-se em contato direto e cotidiano com as questões da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação etc., acompanhando as diferentes maneiras como essas questões são experimentadas pelos sujeitos. (IAMAMOTO, 2006, p. 40).

Por mais desafiadoras que se assemelham ter algumas das realidades familiares, compostas de precarização, violência e exclusão, existe o campo familiar com várias potencialidades a serem exploradas pela prática profissional, por meio das políticas públicas.

[...] os Assistentes Sociais são desafiados neste tempo de divisas, de gente cortada em suas possibilidades de trabalho e de obter meios de sobrevivência, ameaçada na própria vida. Tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade. Tempos extremamente difíceis para todos aqueles que vivem do trabalho: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores. (IAMAMOTO, 2006, p. 18).

Percebe-se que uma parcela de pessoas que estão prontas para o trabalho é grande, porém, a oferta de emprego é insuficiente, existindo uma tendência de naturalizar a questão social ao transformá-la em objetos assistenciais, focalizados em combate à pobreza, tendo um grande índice de pessoas desempregadas. A atividade laboral do assistente social que executa as políticas sociais e públicas tem sua centralidade na família, exigindo capacidade e comprometimento com a classe trabalhadora para efetivar o projeto ético-político e o Código de Ética da profissão. Os assistentes sociais operam fundamentalmente nas políticas sociais, em uma dimensão que anseia, de alguma forma, acolher às necessidades dos trabalhadores.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo. (IAMAMOTO, 2006, p. 20).

Frente ao desmonte das políticas sociais, o assistente social necessita ser propositivo para operar junto aos indivíduos que menos acessa direitos. O objeto de intervenção do Assistente Social é marcado por demandas multifacetada da área, que requer um retorno que passa por ações intersetoriais para obter o objetivo da política.

PERCEPÇÃO DAS FAMÍLIAS SOBRE O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

As famílias sofrem amplos impactos da realidade socioeconômica e cultural, em especial das expressões da questão social, que:

São, assim, consideradas incapazes, devido a sua debilidade, desagregação conjugal, à pobreza, dentre outros, cabendo ao Estado, nessas situações limites, livrá-las dos riscos, por via da institucionalização, com o afastamento do ambiente familiar, assim *legitimando as internações, as reclusões, os alisamentos, tomadas também como medidas de segurança para a família e sociedade*. (FONTENELE, 2007, p. 49).

Por isso, o acompanhamento familiar carecerá ser o alicerce no protagonismo das famílias e de suas histórias. Com a Constituição Federal de 1988, a assistência social passou a ser direito do cidadão e dever do Estado. Segundo a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, “cabe ao Assistente Social da política de Assistência Social, identificar, analisar e compreender as demandas presentes na sociedade e suas definições, e legislar respostas às mesmas, para encarar as diversas expressões da questão social” (ABEPS, 1996, *online*).

Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir ou impulsionar um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tomando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (IAMAMOTO, 2006, p. 61).

Por tanto, o profissional de assistência social que trabalha no CRAS necessita ser competente, comprometido, livre de qualquer preconceito, para que possa viabilizar uma abordagem com as famílias de maneira que seja sempre inclusiva e situada, procurando criar conexões afetivas e sociais para que os acolhidos se sintam bem e à vontade para participar daquele núcleo como componente pertencente a tal.

[...] o perfil do/a assistente social para atuar na política de Assistência Social deve afastar-se das abordagens tradicionais funcionalistas e pragmáticas, que reforçam as práticas conservadoras que tratam as situações sociais como problemas pessoais que devem ser resolvidos individualmente. (BRASÍLIA, 2011, p. 18).

Entende-se como intervenção a autonomia das famílias em sua aplicação, que não se restringe apenas a busca de respostas e soluções dos problemas, mas permite o desenvolvimento da capacidade de distinguir as mudanças plausíveis de serem realizadas no âmbito dos grupos familiares e de suas redes, reunidos em coletivos, para que incidam transformações mais gerais e a efetivação de direitos. Tudo isso envolvendo a competência de sugerir, decidir e agir intencionalmente, mediante apoios oferecidos, capacidades construídas, situações refletidas, informadas e debatidas (TEIXEIRA, 2010).

O trabalho socioeducativo é cada vez mais necessário, visto que, na expressão de Miotto (2004), a cidadania não se restringe ao acesso a benefício monetário, embora sua inclusão como beneficiário seja uma das condições para sua realização, mas a cidadania envolve também ações em direção à informação, à educação, à cultura, entre outras, implicando o desenvolvimento da capacidade de refletir, de analisar, de decidir, de mobilizar-se e de participar pelo bem comum. Contudo, para cumprir essa dimensão educativa em uma perspectiva emancipatória, não se deve restringir a responsabilizar as famílias, ou a ensiná-las a gerir seus conflitos, seus poucos recursos, sua vida, como se tudo dependesse de um processo de racionalização e planejamento, de cumprimento de papéis e normas e não de carências coletivas. (TEIXEIRA, 2010, p. 19).

Partindo dos serviços básicos, o mesmo trabalha com projetos objetivando o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. É imprescindível aprofundar os discursos acerca dos aspectos e tendências do trabalho social com famílias, não somente no sentido de elevar bases para o aprofundamento de uma criticidade, mas principalmente na busca de estratégias para o rompimento da tendência familista no trabalho profissional. No entanto, são necessários serviços de caráter universal, de qualidade, próximo dos lares das famílias, priorizando assim, o trabalho social com famílias no campo da articulação e efetivação de políticas sociais em alinhamento com a cultura.

Perfilar que em nosso fazer profissional vamos lidar com os mais diferentes arranjos, que estão em constante transformação e movimento, sendo este o primeiro passo para uma intervenção democrática. Para isso, é imprescindível que a equipe distinga os mais variados arranjos familiares da contemporaneidade.

A família *normal* – a nuclear tradicional, tomada como padrão - ou as famílias eram definidas segundo a presença de um casal heterossexual e sua prole, concepção difundida por várias disciplinas científicas, como, por exemplo, a Psicologia e os Terapeutas Familiares, Psicanálise, dentre outras. Para estas disciplinas, a maior parte das outras formas de composição familiar ou era encarada como patológica, incompleta, insuficiente, ou era simplesmente invisível. (TEIXEIRA, 2010, p. 4).

Outro fator que merece destaque é ultrapassar o estereótipo de que as famílias em vulnerabilidade e risco social só se deparam nessa circunstância, pois são acomodadas e dependentes. Os profissionais não carecem culpabilizar a família, necessitando superar a vitimização e coletivizar as demandas.

Em relação às famílias pobres, subjacentes à lógica da assistência social, estava a ideia de que a família é constitutiva do problema social, e de que seus responsáveis não tinham capacidade de educar as crianças, proteger seus membros da marginalidade, da promiscuidade e dos vícios. (TEIXEIRA, 2010, p. 6).

Ressaltamos que umas das maiores dificuldade da profissão e fazer o usuário afeiçoar-se que essa instituição é sua, da família e comunidade, sendo este um passo importante para que as intervenções profissionais possam colaborar na ponderação da realidade, com o objetivo de permitir refletir sobre novos projetos de vida e de sociedade.

Os objetivos do trabalho social com famílias devem ser a autonomia e o protagonismo, compreendidos na perspectiva de participação social e do coletivo. Assim, é essencial superar a visão liberal de autonomia, do *ensinar a pescar*, do *andar com suas próprias pernas*, sem que seja garantido como direito o acesso às condições materiais e subjetivas necessárias para tal. (TEIXEIRA, 2010, p. 16).

Edificar nos usuários que eles são capazes de participar ativamente nas direções de sua vida, sem intervenção de qualquer profissional para alterar sua realidade, é de suma importância para a construção da autonomia, autorregulação, autorrespeito e para superar suas fragilidades e limites. Na instituição estudada é possível perceber uma perspectiva crítica da equipe perante das demandas sociais expostas no cotidiano de trabalho, o que é muito importante. Constatou-se que os profissionais procuram ir além do que é sugerido nos documentos oficiais, evidenciando comprometimento profissional em suas ações e posicionamentos, posicionando-se de forma ética e democrática em suas intervenções. Durante o estágio obrigatório percebe-se que diante das demandas apresentadas pelas famílias acompanhadas encaminhadas e/ou que buscam a instituição de forma espontânea, exigem dos profissionais do Serviço Social competências e atribuições para o desenvolvimento das atividades. Notou-se que o profissional deve recepcionar e acolher toda família ainda que não seja acompanhado pela instituição; deve realizar as devidas orientações e encaminhamentos; realizar visita domiciliar as famílias referenciadas ao

CRAS; desenvolver atividades coletivas e comunitárias para que os indivíduos obtenham conhecimento de seus direitos sociais.

Percebe-se que as políticas podem constituir adiantamento ou atraso, sobretudo quando é realizado o trabalho social com famílias, já que muitas vezes elas beneficiam o ocultamento das contradições de classes quando suas reflexões ficam limitadas em análises da família individualmente ou no território. Nesse sentido, se exige postura crítica da equipe interdisciplinar procurando sempre o protagonismo dos usuários. Com base nos estudos apresentados e levantamentos teóricos realizados, as principais dificuldades apontadas relacionam-se a vários aspectos das dinâmicas familiares e dos sistemas de proteção social, que vão desde: a) Escassa produção e preocupação científica neste campo específico conforme mencionado nos artigos; b) Muitos estudos apontam a vulnerabilidade social como uma questão central. Famílias em situação de pobreza enfrentam dificuldades como falta de acesso a recursos básicos, desemprego, instabilidade financeira e dificuldades para prover condições adequadas de vida para os membros da família. c) Alguns estudos abordam a violência como uma grande dificuldade enfrentada pelas famílias. Isso pode incluir abuso físico, psicológico e sexual, tanto contra crianças quanto contra mulheres. d) Desafios no envelhecimento: Problemas enfrentados por idosos, incluindo a falta de cuidados adequados, maus-tratos, isolamento social e falta de recursos para a saúde são citados em alguns estudos. e) A dinâmica familiar mudou ao longo do tempo, o que pode criar desafios em relação a novos arranjos familiares, como famílias monoparentais, homoafetivas, entre outros. Isso pode gerar dificuldades na adaptação a novos modelos familiares. f) Estudos apontam limitações e desafios nas políticas sociais existentes, indicando a necessidade de melhorias e ajustes para atender de forma mais eficaz às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade. g) Desafios de intervenção e atuação dos profissionais: Os estudos que se concentram em intervenções profissionais, como no âmbito do Serviço Social e Psicologia, apontam barreiras na atuação desses profissionais, incluindo a busca por estratégias viáveis, a superação de barreiras culturais e a demanda por novos métodos de intervenção.

Todas essas dificuldades representam áreas complexas e multifacetadas que precisam de atenção e ação por parte de profissionais, políticas públicas e da sociedade, para melhorar as condições de vida e proteção das famílias em situação de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência social afirma por meio do SUAS aos usuários que os serviços, programas e projetos precisam estar mais próximos das pessoas que vivem nos territórios estabelecidos e, desta forma, permitir maior abrangência e acesso à proteção social na perspectiva de direito social. Nesse estudo, foi delineado o CRAS, que é a porta de entrada aos serviços socioassistenciais, cabendo aos Assistentes Sociais executá-la nesta instituição para prevenir as situações de vulnerabilidade e de risco social tanto através da valorização dos vínculos familiares quanto comunitários. No centro de referência exercita-se a participação das pessoas nos atendimentos, orientações e encaminhamentos, contribuindo para que compreendam que os serviços são direitos sociais. Assim, constrói-se a possibilidade da população que é atendida pelo CRAS desenvolver uma consciência crítica necessária para reconhecer os benefícios e serviços como direitos e não como privilégios. Observou-se que na instituição há uma perspectiva crítica da equipe diante das demandas sociais apresentadas no cotidiano de trabalho, o que é muito importante. Notou-se que as políticas podem constituir avanços ou retrocessos, sobretudo quando é realizado o trabalho social com famílias, pois, muitas vezes, elas beneficiam o ocultamento das incoerências de classes quando suas reflexões ficam restritas. Por esta razão, é essencial que os profissionais da área procurem ir além do que é direcionado, necessitando de uma postura crítica da equipe interdisciplinar, buscando sempre o protagonismo dos sujeitos.

Diante dessas perspectivas, os profissionais que executam os programas e projetos na área da assistência podem tensionar com sua práxis novas ações, procurando sempre uma reflexão crítica da realidade social, sendo profissionais propositivos à emancipação humana, os direitos das famílias e seus membros, encorajando-os no que concerne ao (re)conhecimento social, na ampliação do universo informacional, assim como consentir a assimilação dos recursos existentes no território, constituindo-se numa práxis profissional que busca não só a modificação individual da família, mas da coletividade. A família é colaboradora no processo socioeducativo juntamente com o Estado. Assim como a importância da família em suas diferentes configurações na vida de seus membros em conflito com a lei é notória, enquanto uma entidade de apoio e afeto. Ressalta-se a importância de maior investimento em políticas públicas e programas que destaquem a

execução das medidas socioeducativas com a participação das famílias, pois essa parceria Estado e família tende a beneficiar a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ABEPS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 15 set. 2023.

ANDRADE, Laura Freire. **O Psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Fortuna de Minas – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos**. 2009. 123f. Dissertação (mestrado em Psicologia) – Pontifica Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. **Serviço Social & Sociedade**, n. 103, p. 576-590, set. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família**. V. 1 e 2. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protectaobasica> Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Atenção Integral à Família (PAIF)**: Portaria nº 177, de 24 de janeiro de 2011. Diário Oficial da União, Seção 1, p. 31. Brasília, DF, 25 jan. 2011.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Orientações para Conselhos da Área de Assistência Social**. 3. ed. Controle exercido por conselhos da assistência social: módulo 1: assistência social no Brasil: políticas, recursos e controle. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

CFESS. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília: CFESS, 2009.

ESTEVAM, Érica Aparecida; FRANCISCO, Priscila Maria Stolses Bergamo; SILVA, Rafael Afonso da. Privatização da velhice: sofrimento, adoecimento e violência na relação entre cuidadores e idosos. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 3, e200928, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200928>

FONTENELE, Iolanda Carvalho. **O controle da pobreza na ordem do capital: a centralidade da assistência social no Brasil do ajuste neoliberal.** Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2007.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 13, n. 1, p. 126-132, jan./jun. 2010.

GOMES, Tarcisa Bezerra; SANTOS, João Bosco Feitosa dos. Dilemas e vicissitudes de famílias em situação de vulnerabilidade social no contexto da desinstitucionalização psiquiátrica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 26, n. 1, p. 271-287, mar. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000100015>

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. **Revista Katálisis**, v. 13, n. 1, p. 126-132, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802010000100015&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 22 set. 2023.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedad**, São Paulo, n. 62, p. 2, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho profissional e formação profissional.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo, Cortez, 2009.

LOSACCO, S. O jovem e o contexto familiar. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Família: redes, laços e políticas sociais.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Eduardo de Carvalho; NAVARRETTE, Juliana Vieira; OLIVEIRA, Sandra Mariela Steinberg Gonzaga; IMBRIZI, Jaqueline Maria. Cinema Perto da Gente: Arte como Estratégia de Atuação do Psicólogo no CRAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e188206, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003188206>

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 699-720, dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.047>

MOREIRA, Gustavo Carvalho; MATTOS, Leonardo Bornacki de; TEIXEIRA, Evandro Camargos; CUNHA, Dênis Antônio da. Programa Bolsa Família e violência doméstica contra a mulher no Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 46, n. 4, p. 973-1002, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-4161464977gled>

NICHOLDS, E. **Noções básicas de serviço social de caso.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1969.

OROZIMBO, Elizete Matias Barbosa; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Sentidos de família e o desafio para a intersectorialidade na proteção social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 95-112, abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.203>

SENRA, Carmem Magda Ghetti. **Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social**: analisando estratégias de enfrentamento. 2009. Tese (doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

SIDI, Pilar de Moraes; CONTE, Elaine. A hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, p. 1942-1954, 2017. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v12.n4.out./dez.2017.9270>

SPOSATI, Aldaíza. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 130, p. 526-546, dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.122>

TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 13, n. 1, p. 4-23, 2010.

TÓFANO, Deiverson Jésus Abreu; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. Narrativas de Psicodramatistas no Palco do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 30, e0322, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v30.499>

VEIGA, Aline; MERIGO, Janice. **CRAS**: Espaço de Atendimento das Famílias em Situação de Vulnerabilidade Social. Florianópolis: Livre expressão, 2013.